ISSN Impresso 1809-3280 | ISSN Eletrônico 2177-1758
www. esmarn.tjrn.jus.br/revistas

MÍDIAS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO NO REGIME DEMOCRÁTICO

SOCIAL MEDIA AND PARTICIPATION IN THE DEMOCRATIC REGIME

Matheus Barcelos Martins *

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar o papel da utilização de mídias sociais no que tange à participação social na democracia atual, a partir das recentes revoltas nacionais e internacionais. Para tanto, primeiramente serão tecidas considerações a respeito da internet e das mídias sociais. Em seguida, serão abordados tópicos sobre a participação social e a democracia, seguidos por elaborações sobre as manifestações. Por fim, serão apresentadas algumas conclusões sobre o tema. O objetivo deste artigo é responder à seguinte pergunta: dado o exemplo das manifestações populares nacionais e internacionais, de que forma as mídias sociais podem servir como instrumentos capazes de promover a participação social e, assim, contribuir para a democracia? Para a elaboração deste trabalho, foi adotado o método dialético-materialista.
Palavras-chave: Mídias sociais. Participação social. Democracia.

ABSTRACT: This article aims to analyze the role of social media regarding social participation in today's democracy, from recent national and international uprisings. To do so, first, it makes some considerations about the internet and social media, investigating its origins and the importance of these tools, nowadays. Then, it will be discussed the social participation and democracy, followed by elaborations on the uprisings. Finally, some conclusions on the topic will be presented. The objective of this article is to answer the following question: given the example of the national and international social manifestations, in which way social media can serve as an instrument to promote social participation and; thus, contribute to democracy? For the elaboration of this article, the dialectical-materialist method was adopted.
Keywords: Social media. Social participation. Democracy.

SUMÁRIO: 1 INTRODUÇÃO; 2 INTERNET E MÍDIAS SOCIAIS; 2.1 BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DA INTERNET; 2.2 REDES SOCIAIS X MÍDIAS SOCIAIS; **3 PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DEMOCRACIA; 4 MANIFESTAÇÕES NO BRASIL E NO MUNDO;** 4.1 O PAPEL DAS MÍDIAS SOCIAIS NAS REVOLTAS; 4.2 A PARTICIPAÇÃO SOCIAL 2.0; **5 CONCLUSÃO; REFERÊNCIAS.**

* Acadêmico do Curso de Graduação em Direito da Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Vitória – Espírito Santo – Brasil.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade alcançou, nos últimos tempos, um nível de desenvolvimento tecnológico que permite a constante integração entre indivíduos por meio da internet. Essa integração ocorre praticamente o tempo todo e entre qualquer pessoa que esteja disposta, tamanha a facilidade de compartilhamento de informações, principalmente quando se pensa em termos de mídias sociais, tendência marcante na internet atualmente. Nesse contexto, fica fácil perceber que a internet possibilita a propagação de ideias de um indivíduo para outro ou mesmo para a coletividade. Da mesma forma, pode-se concluir que, devido à sua natureza aberta e livre, o acesso aos meios de produção e difusão do conhecimento dá-se – ou, ao menos, pode se dar – de maneira mais igualitária.

Embora relacionada com os aspectos anteriores, outra característica da internet e, mais especificamente, das mídias sociais é alvo das considerações deste estudo: sua capacidade como catalisadora de indivíduos em torno de uma causa ou ideal comum. Incisivamente, pretende-se verificar o potencial das mídias sociais como instrumentos que possibilitam a participação social em regime democrático.

Tal relação com a questão da participação social revestiu-se de importância, nos últimos tempos, após manifestações populares no âmbito internacional, em 2009, e nacional, no mesmo ano e, mais recentemente, em junho e julho de 2013, como, por exemplo, a Revolta do Vinagre e o Movimento Passe Livre, iniciados e coordenados por meio de mídias sociais. Portanto, o tema está em destaque atualmente e, por isso, merece passar por uma análise, ainda que breve, a fim de que haja uma melhor compreensão dos seus pormenores.

Resumindo o exposto, pode-se dizer que o objetivo deste trabalho consiste em responder à seguinte pergunta: dado o exemplo das manifestações populares nacionais e internacionais, de que forma as mídias sociais podem servir como instrumentos capazes de promover a participação social e, assim, contribuir para a democracia? Para tanto, pretende-se: (i) analisar aspectos teórico-práticos referentes à efetivação da democracia; (ii) estabelecer o papel

das mídias sociais nas recentes manifestações populares ao redor do globo; (iii) determinar de que forma as mídias sociais contribuem para a participação social; (iv) verificar a importância da participação social para o regime democrático vigente.

Nesse ínterim, primeiramente, serão tecidas considerações a respeito da internet e das mídias sociais, sendo abordados aspectos históricos e características próprias do âmbito digital. Em seguida, algumas ponderações a respeito da participação social na democracia serão feitas. Num terceiro momento, algumas manifestações ocorridas no Brasil e no mundo serão abordadas. Por fim, no quarto e último momento deste trabalho, serão apresentadas algumas conclusões alcançadas.

Vale destacar que o método adotado para a elaboração do trabalho foi o dialético-materialista, que retira questionamentos da realidade, vai ao plano ideal para solucioná-los e retorna à realidade. Para realizar a dialética – choque de ideias –, a pesquisa bibliográfica foi a técnica de pesquisa escolhida.

2 INTERNET E MÍDIAS SOCIAIS

Para entender o funcionamento da internet nos dias de hoje, é preciso, primeiramente, fazer uma retomada histórica de sua construção e arquitetura, abordando as novas opções de configuração social e como os criadores e usuários foram capazes de transformar as formas de produção e disponibilização do conteúdo em rede até então conhecidas, para posteriormente prosseguir para a elaboração de uma correta relação com a participação social.

2.1 BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DA INTERNET

A partir da Revolução Industrial, iniciou-se um processo de constante desenvolvimento tecnológico, que culminou, no século XX, com o surgimento de inúmeras novas possibilidades decorrentes das novas tecnologias que surgiram em todas as áreas do conhecimento. Com a internet, não foi diferente.

Em 1958, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos criou a Advanced Research Projects Agency (ARPA), uma agência que tinha como objetivo promover pesquisas, com enfoque naquelas que pudessem dar a dianteira da Guerra Fria para os estadunidenses. A ARPA, por sua vez, criou o Information Processing Techniques Office (IPTO), departamento que deu origem à Advanced Research Projects Agency Network (ARPAnet), uma rede de computadores baseada na comunicação descentralizada entre as máquinas, dispersa em *hubs* (nódulos) independentes, vista como a maneira mais eficaz de proteger dados importantes do governo dos Estados Unidos. O grande nome do projeto era Paul Baran, que idealizou a descentralização da rede. Uma vez aprovado pelo Departamento de Defesa, o projeto foi instalado em algumas universidades (CASTELLS, 2001).

Contudo, a ARPAnet precisava se comunicar com outras redes desenvolvidas pela ARPA, surgindo a necessidade de formular uma "rede de redes", conceito primitivo de internet. Com o intuito de permitir que as máquinas dispersas continuassem dialogando de forma independente, pesquisadores liderados por Vint Cerf e Gerard Lelann desenvolveram o TCP/IP, um conjunto de protocolos de comunicação em rede utilizado até os dias de hoje. Em 1983, o Departamento de Defesa estadunidense criou a MILNet, uma rede para uso militar. No ano seguinte, a ARPAnet voltou-se para o âmbito acadêmico e passou a ser chamada ARPA-INTERNET. Em 1990, a rede foi extinta, após passar por diversas fragmentações (CASTELLS, 2001).

Ocorre que a internet permaneceu, adotando uma forma comercial em decorrência da sua arquitetura em múltiplas camadas descentralizadas e distribuídas. Os protocolos TCP/IP funcionaram adequadamente e várias empresas e indivíduos lançaram-se na iniciante era digital (CASTELLS, 2001). O panorama então era de uma rede que propiciava um ambiente descentralizado de fluxo de informações. Paralelamente, com o surgimento do sistema operacional UNIX, disponibilizado para as universidades com o código-fonte aberto e livre para alterações, houve o reforço da participação de indivíduos na internet, visto que houve a adesão de vários estudantes ao novo sistema operacional, atraídos pela liberdade do código-fonte (CASTELLS,

2001). Alguns anos mais tarde, uma empresa reivindicou direitos de propriedade sobre o sistema, o que muito desagradou aos usuários.

Em resposta, a Free Software Foundation, lançada por Richard Stellman, propôs o *copyleft* como alternativa ao sistema de *copyright* e lançou também outro sistema operacional livre, o GNU (CASTELLS, 2001). Por isso, Stellman é considerado o pai do *software* livre e um paladino da defesa da liberdade de expressão, princípio-base da filosofia *hacker*. Frise-se que *software* livre consiste em uma espécie de programa de computador cujo código-fonte é aberto e que assegura uma licença de uso, alteração e distribuição (SILVEIRA, 2009).

Alguns anos depois, em Helsinque, Linus Tovalds criou outro sistema operacional, chamado LINUX. O ponto-chave para seu sucesso foi que Tovalds recorreu à comunidade de desenvolvedores de todo o planeta para ajudá-lo a melhorar o sistema, adotando, assim, um modelo de compartilhamento de ideias por meio da participação coletiva. Dessa forma, a inteligência coletiva que atuou na elaboração do LINUX determinou o sucesso do sistema (CASTELLS, 2001).

Por último, cabe dar destaque à contribuição de Tim Berners-Lee, que possibilitou o compartilhamento de informações entre máquinas. Berners-Lee criou o *Uniform Resource Locator* (URL), o *Hypertext Transfer Protocol* (HTTP) e a *Hypertext Markup Language* (HTML), ferramentas que possibilitaram a obtenção e o acréscimo de informações a partir de computadores remotos. O resultado final? Em 1991, desenvolveu a *World Wide Web* (WWW), a rede mundial, que a partir de então pôde ser explorada por pessoas comuns (CASTELLS, 2001).

Houve, portanto, todo um processo de evolução e transformação da internet ao longo do tempo, desde sua origem no âmbito militar estadunidense até sua atual forma de facilitadora de produção e compartilhamento de conteúdo pelos próprios usuários. É justamente essa última etapa que merece atenção especial.

De fato, a partir dos anos 2000, com o estabelecimento da denominada sociedade da informação[1], inaugurou-se a chamada *web* colaborativa ou *web* 2.0, na qual novas tecnologias de *softwares* e instrumentos de programação assumiram papel fundamental no estreitamento dos laços sociais e na maior interatividade entre os indivíduos. Com efeito, a difusão da internet proporcionou a superação das barreiras da distância física e, em muitos casos, temporal, além de estimular o surgimento de diversos projetos colaborativos. Assim, o mesmo espírito de liberdade e valorização da inteligência coletiva que permitiu o desenvolvimento da internet permanece enraizado profundamente nos usuários da internet nos dias de hoje.

2.2 REDES SOCIAIS X MÍDIAS SOCIAIS

Inicialmente, é importante diferenciar redes sociais e mídias sociais. As redes sociais são as formas pelas quais as pessoas organizam-se; são estruturas de comunicação e interação formadas entre indivíduos desde os primórdios da humanidade. Nas palavras de Bruno Costa Teixeira (2012, p. 72):

> Redes sociais remontam à própria história da humanidade e, desde o tempo em que o relacionamento intersubjetivo é possível, os indivíduos têm formado estruturas de interação que funcionam como redes vivas, onde há padrões não-materiais de relações. Diferentemente de redes de pescas ou teias de aranhas, que não são mais do que estruturas materiais inanimadas, as redes sociais funcionam como um todo orgânico e dinâmico que assume diversificadas formas à medida que os sujeitos interagentes reconstroem seus laços de relacionamento.

1 Sociedade da informação "[...] não é um conceito técnico: é um slogan. Melhor se falaria até em sociedade da comunicação, uma vez que o que se pretende impulsionar é a comunicação, e só num sentido muito lato se pode qualificar toda a mensagem como informação" (ASCENSÃO, 2002, p. 71). Logo, entende-se que a sociedade da informação é não mais do que a própria sociedade interagindo entre si, com o objetivo de promover a comunicação entre as diferentes áreas que a compõem.

Nesse contexto, a evolução dos serviços oferecidos pela internet, já em sua fase de w*eb* colaborativa, tornou possível a visualização, no plano digital, dessas redes, que se organizaram de forma distribuída a partir da popularização daquela.

As mídias sociais, por sua vez, são mais difíceis de ser conceituadas, devido à sua grande abrangência. Duas páginas da internet brincam com essa dificuldade e apresentam, juntas, 64 definições[2]. Entre várias, escolheu-se uma fornecida pela Wikipédia (2013, tradução nossa)[3]:

> [...] são aplicações baseadas na internet, construídas sobre as fundações ideológicas e tecnológicas da *web* 2.0 e que permitem a criação e a troca de conteúdo criado pelo usuário. [...] Mídias sociais se diferenciam das mídias tradicionais/industriais em vários aspectos, como, por exemplo, qualidade, alcance, frequência, operacionalidade, imediatidade e permanência.

A expansão da utilização de mídias sociais, como, por exemplo, os *sites* de relacionamento, instrumentos que permitem aos usuários inteirar-se sobre as ligações sociais existentes e, ao mesmo tempo, interagir com os demais usuários, acarretou a errônea denominação destes como redes sociais. Pois bem. As mídias sociais apresentam um potencial tremendo de reconstrução das formas de interação entre os sujeitos, pois o limite para tais interações deslocou-se das limitações tecnológicas e da concentração dos meios de produção de informação para a criatividade aplicada ao uso que o indivíduo faz dos instrumentos de que dispõe. Assim, cada indivíduo pode assumir o papel, dentro da sua rede, de emissor de informação para os outros indivíduos, chamados receptores, de forma a estabelecer de vez a existência de uma rede social distribuída e fluida. Nesse sentido, *sites* como Facebook

2 Todas podem ser vistas em Lake (2009) e Social... (2011).

3 Embora a Wikipédia careça de credibilidade e legitimidade em vários de seus artigos, representa, por si só, uma mídia social muito ampla, construída pela contribuição de indivíduos. Portanto, em que pese o formalismo do rigor técnico-científico, esse pequeno deslize será mantido a título de homenagem ao que provavelmente é o maior exemplo de empreendimento cooperativo já visto.

e Twitter são, na verdade, mídias sociais, pois são somente os instrumentos, as plataformas pelas quais as redes sociais podem ser visualizadas com muito mais dinamicidade do que seria possível há alguns anos, na era pré-internet.

3 PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DEMOCRACIA

A democracia é o regime de governo predominante na atualidade. Sua origem remonta à Grécia Antiga, especificamente à cidade-estado de Atenas. Após o declínio de Atenas e a conquista da Grécia por Filipe da Macedônia, pai de Alexandre, o Grande, o regime de governo foi alterado e a democracia caiu em desuso (FRANCA, 2011). Tal regime ganhou destaque no cenário internacional com o advento das Revoluções Burguesas, no século XVII e XVIII, momento histórico no qual se iniciou o rompimento com o absolutismo.

Com efeito, as amarras e privilégios excludentes do absolutismo já não eram mais suportáveis pelo povo não beneficiado, principalmente pela burguesia, que ansiava por controlar também o poder político do Estado. As revoluções assumiram, então, um papel de rompimento com a ordem político-institucional vigente até então. Para atingir tal objetivo, uma alternativa ao absolutismo deveria ser proposta. Foi quando a democracia dos gregos foi retomada, mas atualizada para as necessidades da época. Nesse contexto, a democracia nos Estados modernos e contemporâneos é baseada em três pontos fundamentais: (i) a supremacia da vontade popular; (ii) a preservação da liberdade; (iii) a igualdade de direitos (DALLARI, 2011).

No Brasil, a democracia está estabelecida como regime de governo no *caput* do art. 1º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), enquanto a forma pela qual é exercida encontra-se no parágrafo único do mesmo artigo. Validamente, a Carta Magna determina que o povo deve exercer seu poder por meio de seus representantes ou diretamente. Para alcançar os fins deste trabalho, atém-se à democracia representativa, mas sem descartar eventuais remissões à democracia direta e mesmo a outras modalidades de democracia, como a semidireta e a colaborativa, por exemplo.

A democracia representativa é o modelo democrático adotado pela maioria absoluta dos Estados, inclusive o Brasil. Tal fato decorre da inviabilidade fático-operacional de outros modelos, principalmente daqueles que envolvem a participação do povo de maneira mais expressiva. Isso porque, para tais modelos, como o da democracia direta, a integralidade do povo deve participar da decisão política final. Ocorre que, atualmente, existe um empecilho muito grande à realização dessa proposta: o número de pessoas de cada Estado, que torna a tarefa de articular uma simples eleição uma verdadeira empreitada. Logo, a prevalência da representatividade nos regimes democráticos é facilmente explicada.

Tal modelo baseia-se na outorga de poderes a alguns cidadãos por meio de um mandato, concedido pelo povo, para que externem a vontade popular e tomem decisões. Contudo, já há algum tempo não faltam críticas para o modelo; com razão, fala-se em verdadeira crise da democracia representativa. Essa crise, na verdade, é tanto do representante quanto do representado. Do lado do representante, há uma crise de legitimidade, pois a formação de políticos profissionais, governantes patrimonialistas "donos do poder" interessados somente na manutenção do seu poder político, criou um repúdio aos representantes por parte do povo, uma vez que este não se sente representado. Já pelo lado dos representados, encontra-se uma crise de apatia política, cujo cerne está no desinteresse pela esfera política e seus acontecimentos.

Pode-se concluir, então, que o modelo tradicional de democracia representativa não é suficiente, nos dias de hoje, para tornar possível o engajamento do povo na esfera política, o que revela um verdadeiro paradoxo: se a democracia reflete a premissa de governo "do povo, pelo povo, para o povo", como ela pode continuar se não há participação popular real? Além disso, percebe-se que mesmo os instrumentos clássicos da democracia participativa – iniciativa popular, plebiscito, orçamentos participativos, audiências públicas e referendo, por exemplo –, que deveriam dar novos ares à participação social (entendida aqui no sentido de efetiva participação da sociedade na tomada de decisões políticas), não cumprem seu papel, pois

são pouco utilizados na prática e, mesmo quando utilizados, são passíveis de manipulação por atores sociais diversos.

4 MANIFESTAÇÕES NO BRASIL E NO MUNDO

Nesse panorama de desinteresse e afastamento da esfera política por parte da sociedade, recentemente houve exemplos concretos do quão grande está o descontentamento da sociedade com seus representantes, tanto no Brasil quanto no resto do mundo, que têm presenciado, desde 2009, diversas manifestações, revoltas, protestos e levantes populares[4] decorrentes da insatisfação popular. Vejam-se, ainda que brevemente[5], alguns exemplos.

Em 2009, primeiro ano pós-crise financeira de 2008, a Islândia teve o seu momento de manifestações com a Revolução dos Utensílios de Cozinha, que recebeu esse nome devido ao uso de panelas, frigideiras, tampas e vasilhas pelos manifestantes em frente ao Parlamento em 20 de janeiro. A crise foi deflagrada por causa de maquinações e artimanhas de três bancos do país, que, após falirem, deixaram uma dívida de 25 bilhões de dólares. O colapso financeiro trouxe enormes prejuízos ao país e à população, que viu seu altíssimo padrão de vida mudar da noite para o dia. Por isso, no dia 1º de outubro de 2008, o cantor Hordur Torfason sentou em frente ao Parlamento e cantou sobre sua insatisfação com os banqueiros e os políticos pela péssima administração do país. Mais pessoas juntaram-se a ele e começaram a ensaiar suas manifestações, até que, no dia 20 de janeiro de 2009, dia de retorno do Parlamento às suas atividades normais, milhares de pessoas foram às ruas reivindicar a renúncia dos governantes, a realização de novas eleições e a elaboração de uma nova Constituição. O movimento culminou em eleições antecipadas e na propositura de um projeto inovador de elaboração de uma Constituição – pelo próprio povo, por meio de plataformas na internet que

4 Para os fins deste trabalho, manifestações, revoltas, protestos e levantes populares serão utilizados como sinônimos.

5 Lamentavelmente, uma análise detalhada de cada revolta abordada seria extrapolar os objetivos propostos. Portanto, somente serão analisados aspectos gerais, de modo que a conclusão de cada trecho pode não corresponder com o término real das revoltas.

permitissem aos cidadãos opinar sobre o texto e mesmo sugerir mudanças (CASTELLS, 2012).

Já em 2010, a Tunísia entrou num ciclo de várias manifestações que culminaram na fuga do país do então ditador Ben Ali, em 14 de janeiro de 2011. O estopim das manifestações foi a autoimolação de Mohamed Bouazizi na cidade de Sidi Bouzid, um comerciante que ateou fogo em si mesmo após ter tido suas mercadorias confiscadas por ter recusado a pagar propina para a polícia. No mesmo dia, algumas horas após a autoimolação, centenas de jovens deram início às manifestações em protesto aos abusos cometidos pelas autoridades. A população aderiu às manifestações e estas se espalharam pelo resto do país. Do interior, foram organizadas caravanas em direção à capital, onde aconteciam manifestações com a marcante ocupação de espaços públicos. Com a chegada da Caravana da Liberdade a Túnis, diversos debates foram travados entre os manifestantes, a fim de decidir o melhor rumo para o país após a fuga de Ben Ali e a instauração de um governo provisório, repudiado pelos manifestantes. Finalmente, em 21 de outubro, foram realizadas eleições abertas no país, das quais Moncef Marzouki, do Ennahda, coalisão de partidos islâmicos, saiu eleito presidente (CASTELLS, 2012).

Ainda em 2011, o sucesso da revolta na Tunísia serviu de inspiração para que eclodisse um movimento semelhante no Egito, que ficou conhecido como Revolução de Lótus e Revolução do Nilo. Manifestações no país já vinham ocorrendo desde 2005, reivindicando o fim de fraudes nas eleições, igualdade de direitos para as mulheres e melhores condições para a classe operária. No entanto, essas manifestações sempre foram reprimidas violentamente pelo governo do ditador Hosni Mubarak, até que chegou o dia 25 de janeiro. Nesse dia, após a divulgação de um *vlog* que chamou a sociedade às ruas, de autoria da estudante universitária Asmaa Mahfouz, e da autoimolação de seis pessoas, milhares de pessoas deram início aos protestos e conseguiram tomar e ocupar a Praça Tahrir, apesar da violenta oposição da polícia, que resultou na Sexta-Feira da Fúria, quando, no dia 28 de janeiro, o confronto entre manifestantes e policiais intensificou e deixou vários mortos e feridos. Ainda assim, a população resistiu e manteve a revolta, que alcançou

seu objetivo imediato no dia 11 de fevereiro, quando o então presidente Mubarak anunciou sua renúncia (CASTELLS, 2012).

Na esteira das revoltas na Tunísia e no Egito, no mesmo ano, diversas manifestações eclodiram no Oriente Médio: Argélia (07/01), Líbano (12/01), Jordânia (14/01), Mauritânia (17/01), Sudão (17/01), Omã (17/01), Iêmen (27/01), Bahrein (14/02), Líbia (17/02), Kuwait (18/02), Marrocos (20/02), Saara Ocidental (26/02), Arábia Saudita (11/03) e Síria (18/03) tiveram seus próprios Dias de Fúria, cada um por motivos e antecedentes que, curiosamente, não se diferenciaram tanto das reivindicações que ocorriam em outros países. De fato, um traço marcante da chamada Primavera Árabe foi a semelhança entre os objetivos a ser alcançados. Castells (2012) resume as reivindicações em clamores por dignidade e pão, relacionando dois pontos comuns em todas as revoltas: a insatisfação com o preço dos alimentos por parte da população mais pobre, que compunha a massa das manifestações, e a busca pela garantia da dignidade dos indivíduos como busca pelo fim dos abusos das mais diversas naturezas praticados pelo Estado.

Ainda em 2011, mais precisamente no dia 15 de maio, outro movimento foi deflagrado: surgiram, na Espanha, as Indignadas. O movimento teve sua origem no descontentamento da população com uma série de medidas adotadas pelo governo para tentar conter a crise financeira que atingia o país. O governo, de base socialista, reverteu suas promessas eleitorais e passou a priorizar a recapitalização das instituições financeiras e a contenção da dívida pública, de forma que foram feitos diversos cortes nos gastos com educação, saúde e demais serviços sociais. Em resposta, os cidadãos começaram a se movimentar e articular, por meio de plataformas disponíveis na internet, um movimento descentralizado, cujas maiores críticas recaíam sobre a má administração da crise e o sistema político disfuncional. O passo seguinte do movimento foi decidir pelas ações que seriam realizadas nas ruas, marcadas para o dia 15 de maio de 2011, data na qual milhares de espanhóis tomaram as ruas sob o *slogan* "Democracia real já! Tomem as ruas. Nós não somos mercadorias nas mãos de políticos e banqueiros", uma referência às eleições municipais, que aconteceriam uma semana depois, no dia 22 de maio. Após tomarem as ruas de diversas cidades, os manifestantes, assim

como no Egito, resolveram permanecer com a ocupação do espaço público, dando origem aos acampamentos (*acampadas*). O movimento manteve o fôlego até agosto do mesmo ano, momento em que restavam poucos ativistas nos acampamentos, uma vez que a maioria já havia retornado para suas atividades diárias. Houve ainda alguns momentos importantes, como, por exemplo, a demonstração global realizada no dia 15 de outubro, na qual vários ativistas de 951 cidades de 82 países ao redor do mundo demonstraram apoio à população da Espanha, mas o consenso ao qual chegaram os indignados foi de que o movimento deveria continuar de outra maneira – mais intelectual, prezando pela mudança da consciência coletiva em pequena escala (CASTELLS, 2012).

Seguindo o exemplo dos ativistas espanhóis e egípcios, um movimento espalhou-se pelos Estados Unidos em meados de 2011: o *Occupy Wall Street*. Na época, ainda sofrendo os efeitos da crise financeira de 2008, o país atravessava um período difícil política, econômica e socialmente. O presidente Barack Obama viu-se forçado a abandonar várias promessas de campanha para tentar salvar o sistema financeiro do país (CASTELLS, 2012), o que provocou forte descontentamento da população e forneceu a oportunidade que a oposição republicana, maioria no Congresso, precisava para impedir várias reformas de governo propostas. Com a economia em frangalhos, a população sofreu duramente com o desemprego e a falta de assistência do governo.

Nesse panorama, as revoltas que aconteciam no resto do mundo serviram de inspiração para que alguns cidadãos começassem a conceber uma manifestação em solo americano. Finalmente, no dia 13 de julho de 2011, a *Adbusters*, uma revista voltada para cultura e crítica, publicou no seu *blog* um chamado[6], com o objetivo de mobilizar a população a ocupar Wall Street, símbolo máximo do capitalismo financeiro, no dia 27 de setembro, data na qual se comemora a assinatura da Constituição Americana. No dia marcado, cerca de mil pessoas compareceram e deram início à ocupação no Parque Zucotti. Com a repressão policial e a divulgação do movimento,

6 A publicação original ainda pode ser acessada pelo *link*: <https://www.adbusters.org/blogs/adbusters-blog/occupywallstreet.html>.

mais pessoas aderiram, além de algumas instituições, como, por exemplo, o Sindicato dos Trabalhadores de Transportes de Nova Iorque[7]. No dia 5 de outubro, os manifestantes já somavam 15 mil pessoas, o que serviu para consolidar o movimento e difundi-lo para outras cidades: Chicago, Boston, Washington, São Francisco, Oakland, Los Angeles, Atlanta, Fort Lauderdale, Tampa, Houston, Austin, Filadélfia, Nova Orleans, Cleveland, Las Vegas, Jersey City, Hartford, Salt Lake City, Cincinnati e Seattle foram algumas das cidades que tiveram seu próprio *Occupy* (CASTELLS, 2012).

Os manifestantes não se pautavam por qualquer reivindicação específica, ponto característico do *Occupy Wall Street*. Na verdade, todo o movimento baseava-se na ideia de insatisfação popular, na esperança por um mundo melhor e em aspirações por implemento de mecanismos de democracia direta (CASTELLS, 2012). Contudo, o movimento chegou ao seu fim natural com a chegada do inverno, que impossibilitou a manutenção das ocupações em diversas localidades, com a repressão policial e com a natural passagem do tempo, visto que os manifestantes precisaram retornar à vida diária em determinado ponto.

No âmbito nacional, desde 2009 o Brasil tem passado por diversas situações de manifestações, ainda que em menor escala ou com repercussão menor do que aquelas realizadas no âmbito internacional. Entretanto, muitas dessas manifestações ganharam destaque no cenário nacional e mesmo no internacional.

O primeiro caso recente que vale ser mencionado é o Fora Sarney. Em 2009, uma campanha, veiculada principalmente pelo Twitter por milhares de indivíduos, deu início a um movimento contrário ao ex-presidente e senador José Sarney. O movimento começou após denúncias de realização de atos secretos no Senado[8] que teriam beneficiado o senador e diversos parentes, tendo rapidamente se alastrado pela internet, principalmente após a adesão de celebridades, que ajudaram a difundir a campanha por meio de publicações de mensagens na rede.

7 New York Local of the Transport Workers Union of America.
8 Um breve relato do escândalo pode ser lido em G1 (2009).

Mais recentemente, no início de 2013, outro movimento floresceu: o "Marco Feliciano não me representa". Tudo começou quando o deputado Marco Feliciano assumiu a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados. A ascensão de Feliciano, pastor evangélico que causou polêmica com suas declarações, ao ponto de ser acusado de ser racista e homofóbico, não agradou à parte da população, principalmente às minorias que deveriam ser representadas pela comissão. Surgiram, então, diversas manifestações, realizadas principalmente no âmbito digital, exigindo sua renúncia. A campanha foi divulgada por ativistas, artistas e celebridades, de maneira semelhante ao acontecido no Fora Sarney.

Por fim, o exemplo mais recente e impactante no cenário brasileiro de revolta popular ocorreu em meados de junho de 2013, com as manifestações que ficaram conhecidas por diversos nomes: Jornadas de Junho, Revolta do Vinagre, Movimento Passe Livre e manifestações de junho de 2013, por exemplo. Os protestos foram os maiores organizados pelos brasileiros desde a época das Diretas Já e do *impeachment* do presidente Collor. O estopim das manifestações foi o anúncio, por parte de diversos estados e municípios, de que a tarifa de transporte público seria reajustada. Natal, Porto Alegre e Goiânia, municípios que primeiramente implantaram o aumento da tarifa, foram os primeiros locais das manifestações, ainda nos meses de março a maio de 2010. Contudo, somente quando o aumento foi implantado em São Paulo, a maior cidade do Brasil, os protestos ganharam força e atraíram a devida visibilidade nacional.

Sob os *slogans* "Não é pelos 20 centavos", em referência ao valor geral do reajuste das tarifas, "Vem pra rua" e "O gigante acordou", as pessoas foram às ruas. Inicialmente duramente reprimido pela atuação policial – ocasião na qual surgiu a brincadeira com o vinagre, utilizado pelos manifestantes para diminuir os efeitos das bombas de gás lacrimogêneo usadas pela polícia e que resultou na prisão de várias pessoas por "porte de vinagre" –, o movimento ganhou força ao longo das duas primeiras semanas de junho, novamente por causa da adesão de diversas celebridades e do massivo número de pessoas protestando nas ruas. Ele rapidamente se espalhou por outras cidades brasileiras, o que causou a adesão de ainda mais pessoas, fato que ocasionou dois efeitos

importantes: a mudança da postura institucional do Estado e da mídia tradicional e a incorporação de uma pauta de reivindicações diversificada. Até então tratados como vândalos pela mídia, os manifestantes passaram a ser comparados aos Caras-Pintadas – pessoas que se mobilizaram na época do *impeachment* de Fernando Collor – e a repressão policial começou a ser vista com maus olhos. Além disso, políticos e governantes passaram a discursar no sentido de apoiar as manifestações.

O número imenso de pessoas trouxe uma diversidade cultural impressionante ao movimento. Por causa dessa diversidade, a pauta de reivindicações foi alargada. Gritos sobre a questão do reajuste das tarifas de transporte público encontraram-se com gritos por investimentos e melhoramento nos serviços públicos, democratização da mídia massiva, rejeição de projetos (como as Propostas de Emenda à Constituição – PECs – 37 e 33), melhor gestão dos gastos públicos, principalmente em relação a eventos como a Copa do Mundo de 2014, e reforma política imediata. De maneira talvez inédita na história dos movimentos sociais recentes, todas as reivindicações tiveram seu espaço dentro das manifestações; todas foram aceitas pelos manifestantes, ainda que não se tratasse da sua reivindicação pessoal, o que só demonstra, novamente, o tamanho da insatisfação do povo. Portanto, é correto dizer que o movimento foi composto, por um lado, por indivíduos insatisfeitos com o governo por razões próprias e, por outro, pela aglutinação de movimentos sociais coletivos diversos, preexistentes às manifestações, que trouxeram suas próprias demandas.

Infelizmente, o movimento perdeu força após a atuação de grupos de vândalos nas manifestações, o que acarretou seu esvaziamento. Entretanto, foi alcançado sucesso em algumas demandas, como, por exemplo, a diminuição das tarifas e a rejeição da PEC 37.

4.1 O PAPEL DAS MÍDIAS SOCIAIS NAS REVOLTAS

Cada revolta abordada teve sua particularidade, pois, obviamente, cada uma foi marcada por fatores socioeconômicos e culturais complexos, próprios da sociedade local. Contudo, sem entrar nas suas questões específicas, podem-se analisar os meios que a população utilizou para se organizar e articular os movimentos. Tal fato é possível por causa de um incrível fator comum: todas as revoltas foram organizadas, ao menos em um momento, por meio de ações difusas na internet. Explica-se: os indivíduos envolvidos utilizaram todo o poder da tecnologia de rede (internet) para difundir locais das manifestações, ideologias, estratégias para evitar repressões e expectativas para o futuro. Especificamente, a utilização de mídias sociais como o Twitter, o Facebook, o Tumblr e *blogs* foi essencial para o sucesso das manifestações.

Na Islândia, o principal ponto a ser comentado no que tange ao uso de mídias sociais está relacionado com uma das medidas adotadas pelo novo governo (pós-revolta): a elaboração de uma Constituição com a participação direta do povo por meio de plataformas *on-line*. Há poucos anos, seria impossível sequer cogitar a realização de uma empreitada desse gênero, mas os islandeses conseguiram êxito no projeto, que resultou na primeira Constituição produzida por *crowdsourcing*[9] (CASTELLS, 2012).

Já na Tunísia, um dos países árabes com maior índice de indivíduos com celulares com acesso à internet, as principais ferramentas utilizadas foram os *blogs*, o Twitter e a Al Jazeera, uma emissora de televisão independente do governo. Isso, aliado à existência de um grande número de desempregados com ensino superior, que formaram a camada de "líderes" da revolta, e a uma já resiliente cultura de ciberativismo, possibilitou que a Tunísia demonstrasse, na prática, um fenômeno chamado transposição entre os espaços digital e real (CASTELLS, 2012). Tal fenômeno é observado quando é possível estabelecer uma relação direta entre acontecimentos no espaço virtual ou digital e no espaço físico ou real. Isso porque, no passado, existia uma dicotomia entre espaço digital e espaço real. Contudo, após

9 Termo amplamente utilizado no meio empresarial, significa, basicamente, que algo foi produzido pelo esforço conjunto e pela troca de saberes de diversas pessoas.

a internet, tornou-se impossível sustentar tal pensamento. Nesse sentido, Antonio Casili (2012) ensina:

> Mais do que na dicotomia entre espaço real e espaço virtual, nós todos vivemos hoje em uma realidade mista, que poderíamos definir como uma realidade aumentada, em que o real é aumentado, amplificado, transformado pelo virtual. A nossa vida diária se desenvolve em uma contínua sobreposição de espaços reais e espaços cognitivos digitais. Por exemplo, enquanto estamos em um carro ou em um trem, nos movemos fisicamente no espaço, mas, ao mesmo tempo, graças aos smartphones, nos movemos também em outra dimensão virtual.
> [...]
> O espaço se torna híbrido, e nós o percebemos como tal, reconfigurando-o continuamente. Exemplo disso é a separação entre espaço privado e espaço público, que está em contínuo movimento. Antes da Internet, a fronteira era bastante definida. Mas agora as mídias sociais permitem que se projete o espaço privado na rede, ou seja, em um contexto público. O Facebook ou o Twitter põem constantemente em discussão as nossas categorias de privado, que certamente não se dissolve, mas se reconfigura.

Nesse clima de espaço híbrido, de continuidade entre o virtual e o real, as manifestações puderam ser fomentadas, intelectualizadas livremente (espaço digital) e então postas em prática nas ruas (espaço físico). Vale ressaltar que o fenômeno da transposição esteve presente em todas as revoltas abordadas.

No Egito e no restante dos países árabes, a utilização principalmente do Facebook, do Twitter, do YouTube e de mensagens de texto possibilitou o início e o desenvolvimento da revolução. Castells (2012) chega a brincar com o assunto quando afirma que os ativistas planejaram os protestos no Facebook, coordenaram pelo Twitter, divulgaram por mensagens de texto e transmitiram pelo YouTube. Sem dúvida, o acesso dos egípcios às mídias sociais trazia problemas para a ditadura de Mubarak, que resolveu fazer o que

ninguém até então havia tentado: desligar o acesso à internet em todo o país, inclusive por redes móveis de celulares. Embora quase tenha conseguido atingir seu objetivo, logo o governo foi derrotado pela comunidade global, que veio em socorro dos egípcios, pelos próprios manifestantes, que encontraram alternativas para se manter conectados, e pela necessidade de restabelecer as conexões, a fim de evitar maiores prejuízos financeiros (CASTELLS, 2012).

As Indignadas, na Espanha, aproveitaram o alcance de mídias como Facebook, Twitter, Tuenti e *blogs* para chamar o povo às ruas. Ao colocar em prática uma rede descentralizada de nódulos autônomos em várias cidades (CASTELLS, 2012), da qual todos poderiam participar, os manifestantes asseguraram a continuidade do movimento, pois os indivíduos tiveram muita facilidade em moldar e adequar as manifestações e eventuais discussões e decisões que elas ensejaram de maneira muito mais eficaz em nível local.

Os participantes do *Occupy Wall Street* recorreram principalmente ao Facebook e ao Twitter para organizar o movimento. Contudo, o Tumblr, que permite que os usuários publiquem imagens, *links* e gravações de áudio, por exemplo, foi muito utilizado para mostrar o dia a dia das ocupações. Isso ajudou a humanizar a luta e as reivindicações dos manifestantes, pois a realidade vivenciada por eles nas ruas, suas emoções e seus métodos puderam ser transmitidos para o mundo (CASTELLS, 2012).

Um tema popularizado pelo Tumblr que merece destaque foi o "Nós somos os 99%", *slogan* popularizado por uma página bem ativa na época das ocupações[10], que faz referência ao abismo de concentração de renda entre os ricos (1%) e o resto da população (99%). Com isso, de uma só vez, os manifestantes criaram uma identificação mínima entre si, estabeleceram um de seus objetivos e possibilitaram a propagação viral[11] do movimento.

Por fim, os brasileiros não se afastaram muito do exemplo daqueles que os antecederam: Facebook e Twitter ficaram cheios de publicações referentes às manifestações e de chamadas para participar dos Atos Nacionais (manifestações específicas que tinham como objetivo mobilizar o país inteiro

10 A página ainda pode ser acessada em We... (2013).

11 Basicamente, o efeito viral nas mídias sociais corresponde à retransmissão de informação por um número elevado de pessoas em curto lapso temporal, independentemente da natureza da informação.

de maneira coordenada); já o Instagram, mídia social voltada para o compartilhamento de imagens e vídeos que se popularizou mais recentemente, foi inundado por imagens dos protestos.

4.2 A PARTICIPAÇÃO SOCIAL 2.0

Como se pôde observar, todas as revoltas apoiaram-se na utilização intensa de diversas mídias sociais. Com efeito, páginas na internet foram criadas com o intuito de fornecer informações a quem estivesse interessado, ativistas clamavam pela adesão da população em seus *blogs* e o Twitter e o Facebook ficaram entupidos de publicações relacionadas às revoltas, para dizer o mínimo. Sem exageros, pode-se afirmar categoricamente que as revoltas narradas só foram articuladas e bem-sucedidas por causa da facilidade de comunicação permitida pela internet e pelas demais mídias sociais.

Essa comunicação constante entre indivíduos, que se pode chamar hiperconectividade, permitiu a articulação dos movimentos deflagrados ao redor do mundo de maneira nunca antes vista: movimentações sociais planejadas no espaço digital conseguiram se materializar no espaço físico, dando início a verdadeiras revoluções, e, assim, romperam a barreira da apatia política e colocaram em evidência a necessidade de participação popular ativa nos regimes de governo.

A participação popular, claro, não é tema novo, principalmente quando levada em consideração a existência de mecanismos próprios para assegurar a participação do povo nos regimes democráticos desde a Antiguidade. No entanto, como já explicado, a democracia representativa, modelo predominante na atualidade, está em crise justamente pela falta de correspondência entre representantes e representados. Ocorre que, em momentos críticos, como os vivenciados pelos povos dos países nos quais ocorreram as revoltas, seja por motivos econômicos, seja por motivos políticos, sociais ou culturais, há um rompimento ainda mais grave com a lógica da representatividade. O confronto entre a realidade atual, o *status quo* do qual os representantes são símbolos, e a nova realidade que os manifestantes pretendem alcançar, pautada, em regra, pela existência de uma sociedade mais igualitária, com maior

liberdade de acesso aos meios de produção de cultura e aos mecanismos de poder, faz surgir uma nova forma de pensar o papel do indivíduo na sociedade na qual está inserido. Tudo isso a partir de uma mudança provocada pela internet no âmbito do próprio indivíduo, que deixou de ser um mero receptor de conteúdo e passou a ser também um produtor, visto que agora possui as ferramentas para se fazer ouvir.

Nesse contexto marcado por novas necessidades no que se refere à participação social, tendo em vista a ineficácia dos modelos até então vigentes, uma alternativa mostrava-se necessária. Como não poderia deixar de ser, a sociedade conseguiu suprir mais essa necessidade.

No mesmo espírito da *web* 2.0, o modelo de participação social que emergiu a partir das manifestações assumiu um caráter descentralizado, informal, multimodal, livre e inclusivo. Tais características são facilmente constatadas nos breves comentários feitos sobre a organização das manifestações, marcadas pela descentralização e pela autonomia dos participantes. Além disso, o papel do indivíduo dentro da sociedade é muito mais ativo, pois ele, como produtor ativo de informações e conhecimento, passa a ser responsável pela mudança que quer ver concretizada na sociedade.

Esse novo modelo, que se pode chamar participação social 2.0, tem como pressupostos: (i) o engajamento efetivo de pessoas, individual ou coletivamente, em torno de uma causa; (ii) a utilização de redes de comunicação, principalmente aquelas visualizadas por mídias sociais, para atingir seus fins; (iii) a presença de uma consciência coletiva mínima que atue conjuntamente, ainda que de maneira autônoma; (iv) o sentimento de empoderamento causado pela constante interação com indivíduos com objetivos semelhantes (CASTELLS, 2012).

Assim, percebe-se que a participação social 2.0, concebida como resposta aos institutos inaptos da democracia contemporânea, é o produto da evolução da sociedade, tanto no âmbito social e intelectual (evolução dos indivíduos) quanto no âmbito tecnológico (evolução dos instrumentos utilizados pelos indivíduos). Essa evolução, provocada pelo processo de retroalimentação no qual homem-reinventa-coisa-reinventa-homem, é a base de qualquer manifestação, pois o indivíduo só pode exercer o papel

de ator social a partir do momento em que possui os meios e a capacidade para fazê-lo.

5 CONCLUSÃO

Após todo o exposto, pode-se, enfim, chegar à conclusão: a utilização de mídias sociais como instrumentos de mobilização e organização social permitiu a reinvenção da participação social e inaugurou um novo jeito de fazer democracia. Nesse sentido, percebe-se que sua força advém de sua relação direta com as redes sociais estabelecidas no espaço físico, uma vez que são reflexos mais visíveis destas. Portanto, é natural que comportamentos até então típicos da sociedade no espaço físico sejam reproduzidos no espaço digital. Daí nasce a utilização de mídias sociais no processo de estruturação de movimentos sociais, pois esta é a realidade social atual: espaços físico e digital andam lado a lado, em perfeita relação de continuidade, alcançada pelo desenvolvimento tecnológico dos últimos anos e pela mudança de consciência coletiva ocasionada pela reconfiguração dos meios de produção de conteúdo informacional.

No contexto descrito, as manifestações serviram como momento de rompimento com modelos tradicionais de participação social até então estabelecidos. A mobilização de pessoas e a organização de movimentos tornaram-se mais fluidas e dinâmicas, dando início à já mencionada participação social 2.0. Nesse novo modelo, influenciado pela democracia direta, o indivíduo assumiu uma postura muito mais ativa na esfera política.

Logo, com o advento das mídias sociais e da participação social 2.0, a própria democracia beneficiou-se, pois passou a refletir mais adequadamente a realidade da sociedade que a compõe.

REFERÊNCIAS

#OCCUPY Wall Street. **Adbusters**, 13 jul. 2011. Disponível em: <https://www.adbusters.org/blogs/adbusters-blog/occupywallstreet.html>. Acesso em: 30 nov. 2013.

ASCENSÃO, José de Oliveira. **Direito da internet e da sociedade da informação**: estudos. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CASILLI, Antonio. A internet aumenta o capital social. **Instituto Humanitas Unisinos**, Notícias, 14 jan. 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/505711-a-internet-aumenta-o-capital-social-entrevista-com-antonio-casilli>. Acesso em: 13 dez. 2013.

CASTELLS, Manuel. **La galaxia internet**. Madrid: Areté, 2001. Disponível em: <http://www.4shared.com/office/je6uFnqq/CASTELLS_Manuel_-_La_galaxia_I.htm>. Acesso em: 13 dez. 2013.

_____. **Networks of outrage and hope**: social movements in the internet age. Cambridge: Polity Press, 2012.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

FRANCA, Ludmila. Democracia: origem histórica. **Instituto Norberto Bobbio**, 6 jun. 2011. Disponível em: <http://norbertobobbio.wordpress.com/2011/06/06/democracia-origem-historica/>. Acesso em: 13 dez. 2013.

G1. Entenda as denúncias sobre atos secretos no Senado. **Globo.com**, G1, Política, 23 jun. 2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1204004-5601,00-ENTENDA+AS+DENUNCIAS+SOBRE+ATOS+SECRETOS+NO+ SENADO.html>. Acesso em: 30 nov. 2013.

LAKE, Chris. What is social media? Here are 34 definitions... **Econsultancy**, Blog, 19 mar. 2009. Disponível em: <http://econsultancy.com/br/blog/3527-what-is-social-media-here-are-34-definitions>. Acesso em: 30 nov. 2013.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Tecnologias da colaboração: o *software* livre na América Latina. In: FRAGOSO, Suely; MALDONADO, Alberto Efendy (Org.). **A internet na América Latina**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SOCIAL media definitions. **Heidi Cohen**, 9 maio 2011. Disponível em: <http://heidicohen.com/social-media-definition/>. Acesso em: 30 nov. 2013.

TEIXEIRA, Bruno Costa. **Cidadania em rede**: a inteligência coletiva enquanto potência recriadora da democracia participativa. 2012. 128 f. Dissertação (Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais) – Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2012.

WE are the 99 percent. 14 out. 2013. Disponível em: <http://wearethe-99percent.tumblr.com>. Acesso em: 30 nov. 2013.

WIKIPÉDIA. **Social media**. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Social_media&oldid=585606792>. Acesso em: 13 dez. 2013.

Correspondência | Correspondence:

Matheus Barcelos Martins
Rua Juiz Alexandre Martins de Castro Filho, 779, CEP 29.056-919. Santa Lucia, Vitória, ES, Brasil.
Fone: (27) 3340-0863.
Email: theus_tpd@hotmail.com

Recebido: 13/12/2013.
Aprovado: 28/08/2014.

Nota referencial:

MARTINS, Matheus Barcelos. Mídias sociais e participação no regime democrático. **Revista Direito e Liberdade**, Natal, v. 16, n. 2, p. 103-127, maio/ago. 2014. Quadrimestral.